



Freguesias aguardam resposta da PGR para evitar extinção

TC decide até ao final do mês lei das comunidades intermunicipais. Dois ministros e três secretários de Estado depois, a reforma do poder local continua por cumprir.

Filipe Garcia
filipe.garcia@economico.pt

Joana Marques Vidal, procuradora-geral da República, está ainda a avaliar se envia ou não para o Tribunal Constitucional o processo de extinção de freguesias tal como lhe foi pedido pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE). Armando Vieira, presidente desta associação – que esta tarde reúne com o ministro Miguel Poiares Maduro – reconhece que “o caminho é estreito”, mas não deixa de aconselhar as freguesias do país a “esgotarem todas as suas possibilidades legais”. Para já, várias freguesias recorreram aos tribunais administrativos para tentar impedir a sua fusão após as eleições autárquicas de Outubro. No entanto, este é apenas um dos dossiers que mantêm em suspenso a reforma autárquica iniciada por Miguel Relvas e Paulo Júlio e que nesta altura é coordenada por Miguel Poiares Maduro e por António Leitão Amaro, o terceiro secretário de Estado na pasta desde que o Governo tomou posse.

A lei do financiamento do poder local, que ainda está em fase de discussão na Assembleia da República, e a lei das novas

competências das comunidades intermunicipais, que Cavaco Silva enviou para apreciação preventiva – o Tribunal Constitucional deverá pronunciar-se até ao final do mês – ainda prometem motivar muitas polémicas, mas há mais dossiers que continuam por fechar.

“A esmagadora maioria das freguesias, para não dizer a totalidade, recusou esta reforma. Pontualmente, houve quem aceitasse e não temos nada con-

Tribunal Constitucional deverá pronunciar-se até ao final do mês sobre a constitucionalidade da lei das novas comunidades intermunicipais.

tra quem a aceitou livremente”, diz ao Económico Armado Vieira, ciente que a discussão em torno da sobrevivência das freguesias está nas mãos da justiça. “É como a limitação dos mandatos: serão os tribunais a decidí-lo e não me quero imiscuir nessas decisões. É natural que existam protestos e que as freguesias usem todos os meios legais à sua disposição”, diz.

No entanto, para já os sinais não têm sido animadores para quem contesta a reforma. Chamado a pronunciar-se sobre a lei por um grupo de deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o TC não encontrou falhas na lei. Por sua vez, chamado a pronunciar-se pela ANAFRE, o Provedor de Justiça também não viu motivos para encaminhar o diploma até ao TC e nesta altura a ANAFRE reconhece que já aguarda o parecer de Joana Marques Vidal sem grande expectativa.

“Foi o pior período legislativo em 37 anos de poder local livre. Nunca houve um ataque tão sistemático como o que fez este Governo”, diz ao Diário Económico o socialista Rui Solheiro, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios. Para Solheiro,

a lei das novas freguesias foi “uma bagunça que aumentou a distância entre eleitos e eleitores sem lucro económico para o Estado e com prejuízo no serviço prestado às populações”, enquanto a Lei dos Compromissos não passa de “teia burocrática que só visa controlar as contas dos municípios a curto prazo. Nada resolve e só impede decisões urgentes”. Para o dirigente da ANMP, a poucos meses das eleições autárquicas, está instalada no poder local uma “grande confusão sem que se veja ganhos para a população”.

E mesmo a legislação já em vigor continua sem produzir os efeitos esperados. Segundo o relatório da Direcção-Geral de Orçamento, em Março eram já 46 as autarquias a funcionar em desrespeito da Lei dos Compromissos sendo que, para já, os autarcas não incorrem em risco de sanções legais previstas na lei. “Não é automático, há várias situações em que é desculpável violar as leis. Esse desrespeito não implica que o autarca incorra em responsabilidade criminal”, diz Rodrigo Estes de Oliveira, especialista em direito Público e Administrativo na Vieira de Almeida e Associados. ■





Paulo Figueiredo

Maioria estuda manter IMT

Afinal o IMT - imposto pago aquando da compra de casa - pode manter-se, apesar de a sua extinção estar prevista na Lei das Finanças Locais. De acordo com o Jornal de Negócios de ontem, os deputados da maioria preparam-se para apresentar uma alteração ao diploma. Tudo depende das receitas de IMI que as autarquias vão conseguir arrecadar: se não conseguirem um acréscimo de 700 milhões de euros com o IMI, os autarcas afirmam que não há condições para abdicar da receita do IMT. E neste caso o imposto pode mesmo manter-se.



Miguel Polares Maduro herdou a pasta depois da saída de Miguel Relvas do Governo.

Os pontos problemáticos da reforma do poder local

Quatro pontos da reforma que encontraram dificuldades.

Entre os diplomas que regulam o financiamento das autarquias e os que impõem a reforma administrativa do poder local, há várias contrariedades a bloquear os planos do actual Governo. Da reforma prometida por Miguel Relvas, sobra ainda muito por fazer.

1

A NOVA LEI FINANCIAMENTO

O projecto de lei ainda está em discussão na Assembleia da República, mas os autarcas já deixaram bem clara a recusa da proposta do Executivo. Redução de transferências e os novos critérios de controlo à condição das autarquias motivaram a discordância da Associação Nacional de Municípios. Rui Solheiro, autarca e vice-presidente da associação, alerta para a passagem de "cumpridores a incumpridores e consequentemente penalizados" de municípios, só pela alteração de critérios de avaliação.

2

AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS

O diploma motivou dúvidas a Cavaco Silva que suscitou a sua fiscalização preventiva por parte do Tribunal Constitucional. A ANMP reclamou vitória - já tinha defendido posição semelhante - e agora o parecer deverá ser conhecido até ao final do mês. O eventual reconhecimento das comunidades intermunicipais como autarquias - o que teria de estar definido na constituição - e a delegação de competências actualmente com as câmaras sem que essas sejam especificadas, foram os motivos apresentados pelo Presidente da República.

3

A EXTINÇÃO DE MAIS DE MIL FREGUESIAS

Depois das eleições autárquicas de Outubro, cerca de um quarto das freguesias desaparecerá, com as estruturas locais a procurarem em todos os tribunais travar o processo que, legal-

mente, já está concluído. Miguel Macedo, ministro da Administração Interna, já anunciou medidas para prevenir eventuais confusões na hora de votar e António Leitão Amaro, secretário de Estado do Poder Local, garante que o Governo está atento e a tentar prevenir eventuais confusões com locais de voto e números de eleitor.

4

A POLÉMICA LEI DOS COMPROMISSOS

A lei mudou a forma como as entidades públicas calculavam o fundos disponíveis e limitava a assunção de novos compromissos financeiros. A ANMP avisou que nas câmaras a lei seria paralisadora e foram vários os autarcas a reclamar por alterações. Segundo o relatório da Direcção-Geral do Orçamento, em Março deste ano eram já 46 as câmaras que tinham violado as novas directrizes financeiras. Portimão, Cascais, Loulé, Loures, Aveiro, Bragança ou Setúbal estão entre as autarquias em incumprimento financeiro. ■